

# **QUANDO NÃO SE APLICAM OS BENEFÍCIOS REFERENTES AOS ARTIGOS 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006?**

- Quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados com MPE, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
- Quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- Ou a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei n 8.666/93, excetuando-se as dispensas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de MPE, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 487.